

PHELIPPE TOLEDO PIRES DE OLIVEIRA

*Mestre em Direito Tributário pela Universidade de Paris I Sorbonne.  
Doutorando e Mestre em Direito Econômico, Financeiro e Tributário  
pela Universidade de São Paulo. Procurador da Fazenda Nacional.*

# A TRANSAÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

SÉRIE DOCTRINA TRIBUTÁRIA VOL. XVIII



# Editora Quartier Latin do Brasil

Rua Santo Amaro, 316 – Centro – São Paulo

Contato: *quartierlatin@quartierlatin.art.br*  
*www.quartierlatin.art.br*

Coordenação editorial: Vinicius Vieira  
Produção editorial: José Ubiratan Ferraz Bueno  
Diagramação: Victor Guimarães Sylvio  
Revisão gramatical: Ronaldo Santos Soares  
Capa: Eduardo Nallis Villanova

OLIVEIRA, Phelippe Toledo Pires de. A Transação em Matéria Tributária – Série Doutrina Tributária v. XVIII. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

1. Direito Tributário. 2. Transação. I. Título  
ISBN: 85-7674-757-X

## Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito Tributário
2. Brasil: Transação

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

Prefácio.....	11
Agradecimentos.....	15
Abreviaturas e Siglas.....	19

## INTRODUÇÃO, 21

### CAPÍTULO I

## TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO TRIBUTÁRIO, 29

1.1. A tributação e suas origens .....	30
1.1.1. Da pilhagem ao imposto consentido.....	30
1.1.2. Os objetivos da tributação.....	34
1.2. As preocupações contemporâneas da tributação.....	37
1.2.1. A legitimidade social do tributo:	
a cidadania fiscal .....	38
1.2.2. Eficiência na gestão administrativo-tributária .....	40
1.2.3. Estreitamento das relações Fisco-contribuinte .....	43
1.3. Os novos rumos: o contratualismo fiscal.....	47
1.3.1. Discussão acerca dos “contratos fiscais”.....	47
1.3.2. Instrumentos de contratualismo fiscal .....	53
1.3.2.1. Consultas fiscais ou <i>Advance Tax Ruling</i> .....	53
1.3.2.2. Os <i>Agréments fiscaux</i> do Direito francês .....	57
1.3.2.3. Acordos em matéria de preços de transferência .....	64
1.4. Perspectivas para resolução de conflitos	
tributários: a transação.....	68
1.4.1. A transação como método de solução de	
conflitos no cenário internacional.....	69
1.4.1.1. A transação tributária no Direito francês.....	70
1.4.1.2. A transação tributária no Direito italiano .....	75
1.4.1.3. A transação tributária no Direito	
norte-americano .....	79

**CAPÍTULO II**  
**O FALSO DOGMA DA IMPOSSIBILIDADE DE**  
**TRANSAÇÃO EM MATÉRIA DE**  
**DIREITO PÚBLICO NO BRASIL, 85**

2.1. Considerações iniciais.....	85
2.2. Transação frente aos princípios de Direito Público.....	88
2.2.1. Legalidade administrativa.....	89
2.2.2. Indisponibilidade do interesse público.....	92
2.2.3. Impessoalidade.....	100
2.2.4. Discricionariedade.....	101
2.2.5. Proporcionalidade e razoabilidade.....	103
2.2.6. Eficiência.....	105
2.3. Hipóteses de transação no Direito Público.....	108

**CAPÍTULO III**  
**TRANSAÇÃO EM MATÉRIA**  
**TRIBUTÁRIA NO BRASIL, 113**

3.1. Considerações iniciais sobre a transação tributária no Brasil.....	114
3.1.1. A origem do instituto no Direito Civil e seus possíveis reflexos no Direito Tributário.....	114
3.1.2. Controvérsia acerca da natureza contratual do instituto.....	119
3.1.3. A transação tributária como forma de extinção do crédito tributário.....	121
3.1.4. Semelhanças e diferenças em relação a outros institutos do Direito Tributário: parcelamento, remissão, anistia e outros.....	125
3.2. Pressupostos da transação tributária conforme art. 171 do CTN.....	135

3.2.1. Necessidade de Lei autorizadora .....	135
3.2.2. Concessões Mútuas .....	140
3.2.3. (De)terminação do Litígio.....	143
3.3. Os possíveis conflitos com o ordenamento jurídico brasileiro .....	147
3.3.1. Legalidade tributária (arts. 5º, II; e 150, I, da CF/88) .....	148
3.3.2. Obrigatoriedade do lançamento e da cobrança do crédito tributário (arts. 3º e 142, parágrafo único, do CTN) .....	156
3.3.3. Caracterização como renúncia de receitas (art. 14 da LRF) .....	162
3.3.4. Igualdade tributária (arts. 5º, <i>caput</i> e 150, II, da CF).....	167
3.4. Desafios da transação em matéria tributária no contexto brasileiro .....	171
3.4.1. Desestímulo ao pagamento voluntário.....	172
3.4.2. Excesso de discricionariedade e desvios na sua utilização.....	174
3.5. Algumas experiências em vigor no Direito interno.....	179
3.5.1. No Estado de Minas Gerais .....	179
3.5.2. No Estado de Pernambuco .....	183
3.5.3 No Estado de Santa Catarina .....	184
3.5.4. Nos Juizados Especiais Federais (Lei nº 10.259/2001).....	186

## CAPÍTULO IV

### ANÁLISE DO PROJETO DE LEI GERAL DE TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA, 191

4.1. Considerações iniciais sobre o Projeto de Lei nº 5.082/2009 .....	192
---	-----

4.2. Disposições gerais do Projeto de Lei nº 5.082/2009 .....	195
4.2.1. Procedimento da transação tributária .....	198
4.2.2. Abrangência da transação tributária.....	201
4.3. Modalidades de transação no Projeto de Lei nº 5.082/2009 .....	207
4.3.1. Transação em processo judicial .....	207
4.3.2. Transação no caso de insolvência civil, falência ou recuperação judicial .....	210
4.3.3. Transação por recuperação tributária .....	213
4.3.4. Transação administrativa por adesão.....	216
4.4. Efeitos das etapas do procedimento de transação do Projeto de Lei nº 5.082/2009 .....	218
4.4.1. Da simples apresentação da proposta de transação .....	219
4.4.2. Da admissão da proposta de transação.....	220
4.4.3. Da celebração da transação e assinatura do respectivo termo .....	228
4.4.4. Do cumprimento das condições e obrigações pactuadas .....	233
4.5. Hipóteses de revogação, nulidade e revisão do termo de transação e suas consequências .....	236
4.6. Críticas ao Projeto de Lei nº 5.082/2009 e propostas de aperfeiçoamento da legislação.....	242
4.6.1. Ampla discricionariedade da Câmara Geral de Transação e Conciliação da Fazenda Nacional e ausência de efetiva independência funcional de seus membros .....	243
4.6.2. Ausência de publicidade das decisões relativas à transação .....	246
4.7. Considerações finais acerca do Projeto de Lei nº 5.082/2009 .....	248